



## **PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES E PERSPECTIVAS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS**

Tatiane Vedoin Viero – FURG  
Gionara Tauchen – FURG

**Resumo:** O presente estudo analisa as concepções e políticas de extensão no Brasil e investiga os impactos do Programa de Extensão Universitária (ProExt) para a institucionalização da extensão universitária e a Educação em Ciências. A pesquisa caracteriza-se como quali-quantitativa, do tipo documental, realizada por meio da Análise de Conteúdo. Foram analisadas legislações referentes à Educação Superior e os projetos e programas submetidos ao ProExt nas edições de 2009 e 2010. Os resultados expressam grande aproximação das atividades de extensão com as atividades de ensino, maior expressividade na Linha Temática Educação, Desenvolvimento Social e Saúde e grande ênfase à qualificação de professores de ciências que atuam no sistema educacional.

**Palavras-chave:** Universidade. Extensão. Educação em Ciências.

### **Considerações Iniciais**

O estudo das atividades-meio da universidade tem se apresentado como uma exigência da prática profissional docente, pois a polissemia que as envolve expressa concepções e ações construídas historicamente, tanto do ponto de vista político quanto institucional. Por isso, a ampliação das nossas compreensões pode nos auxiliar a perceber as concepções e práticas, as marcas dos tempos, dos espaços culturais, sociais, políticos e econômicos que influenciam e são influenciados pela vida universitária.

As ênfases diferenciadas às funções e às atividades universitárias são decorrentes das várias influências, internas e externas, que lhe serviram de referência e de modelo. No Brasil, o ensino constituiu-se como base para a instituição encarregada de transmitir o conhecimento profissional e cultural socialmente válido. Contudo, à medida que preservava sua hegemonia institucional, fundada no conhecimento, emergiam demandas da sociedade industrial. A necessidade de novos conhecimentos científicos e tecnológicos, assim como novos ideais de universidade, balizou a inserção da pesquisa como mais uma atividade universitária. A universidade ampliou sua relação com a sociedade, mas não assegurou sua integração. Na

expectativa de fortalecer seu compromisso social, incluiu-se a atividade de extensão. Assim, a universidade moderna constituiu-se com base no conhecimento científico especializado e fragmentado e sua hegemonia passou a degradar-se no momento em que foram questionadas e alteradas as relações entre o conhecimento e a sociedade. Conforme salienta Santos (2005, p. 40), “a universidade produz conhecimento que a sociedade aplica ou não, uma alternativa que, por mais relevante socialmente, é indiferente ou irrelevante para o conhecimento produzido”.

Por isso, um dos grandes desafios da universidade passa pela disposição de refletir sobre o conhecimento que produz e socializa, bem como as finalidades de suas atividades-meio. O conhecimento contextualizado, que tem como princípio organizador os diferentes contextos, linguagens e finalidades sociais que lhe podem ser dadas, demanda o diálogo e a interação com outros tipos de conhecimento em um campo aberto, menos perene, fragmentado e hierárquico. À medida que esse conhecimento se insere mais na sociedade, desestruturamos as relações unilaterais que ainda sustentam a institucionalidade atual, favorecendo a interatividade, os confrontos, a comunicação heterogênea e a reintegração dos saberes em um projeto nacional, sem o qual, nos parece, não haverá “reinvenção da universidade” (SANTOS, 2005).

Nesta perspectiva, o presente estudo, tem por foco investigar ações extencionistas aprovadas nacionalmente no ProExt 2009 e 2010, referentes a linha temática Educação e por problema quais as concepções de ciência que perpassam os projetos e programas de extensão aprovados no âmbito do ProExt (2009; 2010) e as possibilidades de fortalecimento das políticas de extensão universitária?

Sendo assim, nossa pesquisa objetiva realizar uma análise sistemática da atividade de extensão universitária, buscando compreender as concepções de extensão, bem como os processos de indução, decorrentes das políticas públicas emanadas do Ministério da Educação. Analisaremos, de modo singular, os impactos do Programa de Extensão Universitária (ProExt) para a institucionalização das políticas de extensão universitária e a Educação em Ciências.

Para Gomes e Araújo (2011) a pesquisa qualitativa, é norteada pelo paradigma interpretativo, a racionalidade cede espaço a subjetividade, o interpretativismo se utiliza de métodos como: análise de conteúdo, análise de conversação, observação participante, etc. Este tipo de pesquisa vem sendo utilizado, principalmente, pelas Ciências Humanas. Conforme os autores, a Ciência está apontando para o surgimento de um novo paradigma, um modelo que

atenda as necessidades dos pesquisadores contemplando métodos combinados, isto é, quanti-qualitativos ou quali-quantitativos, nas diversas abordagens de pesquisa.

A pesquisa caracteriza-se como quali-quanti, realizada por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 1997; FRANCO, 2008). Para Moraes (1999) esta abordagem de pesquisa é usada para descrever e interpretar o conteúdo de documentos e textos, conduzindo descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas. A análise de conteúdo foi realizada por meio das etapas (BARDIN, 1977) de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados de fontes documentais das legislações referentes à Educação Superior e dos Editais e projetos inscritos no Programa de Extensão Universitária (ProExt) das edições de 2009 e 2010.

### **A Gênese e Trajetória da Extensão Universitária Brasileira**

A extensão universitária adquiriu diferentes conotações, práticas e concepções ao longo dos tempos, expressando diferentes perspectivas decorrentes de uma diversidade de interlocutores. Sousa (2000), em seus estudos, identificou três grupos nucleares para a compreensão da práxis extensionista no Brasil: a “categoria discente, representada pelo movimento organizado; o Estado, representado pelo Ministério da Educação (MEC); e as próprias Universidades, como Instituições de Ensino Superior (IES) [...]” (p.18). Deste último grupo, representado pelo Fórum dos Pós-Reitores de Extensão, foram deliberadas importantes orientações para as políticas de extensão no Brasil, conforme abordaremos.

Ao analisar os conceitos de extensão que acompanham a historicidade da universidade, Mesquita Filho (1997) os agrupou em cinco categorias: curso; prestação de serviços; complemento ao conhecimento já acessível pelas atividades de ensino formal; "remédio" (se algo anda mal com o ensino, o que se propõe não é a cura pela raiz, mas tão somente alguma manobra compensadora) e instrumento político-social. Independente do modo como é realizada, existe certo consenso de que a extensão universitária deve proporcionar a articulação entre a formação acadêmica, o conhecimento produzido neste espaço e a sociedade, a fim de intervir e contribuir com as mudanças sociais.

Botomé (1996) destaca duas vertentes fundamentais: uma culturalista e outra, utilitarista. A primeira, decorrente das universidades populares da Europa do século XIX, que procuravam “ilustrar” o homem inculto, colocando-o em contato com o saber, com a cultura que a universidade dominava. Marca a abertura de uma atividade para quem buscava usufruir do conhecimento, da cultura, através de cursos e eventos. A segunda, de matriz norte-americana, voltava-se para a prestação de serviços, para a utilização do saber universitário. Conforme Botomé (1996, p. 53), a extensão universitária da tradição americana era realizada em “[...] função do desenvolvimento de comunidades, através de cursos, conferências e outras atividades variadas, criando áreas de atuação fora da sede central e desenvolvendo um processo de regionalização das universidades”.

Na América Latina, a extensão universitária aparece ligada ao Movimento de Córdoba (1918), voltada aos movimentos sociais, visando à divulgação da “cultura” para as “classes populares” (SOUSA, 2000). Os princípios desse movimento serão observados, no Brasil, a partir de 1938, quando da criação da União Nacional dos Estudantes - UNE.

De modo geral, no Brasil, essas vertentes vão combinar-se para compor atividades variadas e de “nuanças múltiplas”, denominadas de extensão universitária. Esta “nova atividade”, inserida na Educação Superior, adquiriu contorno legal com o Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931. Por meio da extensão, a sociedade receberia os benefícios do trabalho universitário, redimindo a universidade elitista do isolamento e do descompromisso para com a sociedade. O Estatuto das Universidades Brasileiras expressa que os cursos de extensão, serão “destinados a prolongar, em benefício coletivo, a atividade técnica e científica dos institutos universitários” (Art. 35), voltando-se, principalmente, “à difusão de conhecimentos úteis à vida individual ou coletiva, à solução de problemas sociais ou à propagação de idéias e princípios que salvaguardem os altos interesses nacionais” (Art. 42). Observamos que as atividades de extensão, conforme o Estatuto deveriam ser aprovadas pelo Conselho Universitário. Para Botomé (1996, p. 60), “por via legal, instalava-se uma concepção de extensão universitária, definida por interesses do governo (divulgar conhecimentos, realizar cursos e conferências, etc.)”.

Percebemos a intencionalidade de institucionalizar a extensão. Porém, se expressa como uma via de “mão única”, isto é, a Universidade deve “difundir os conhecimentos úteis à vida individual ou coletiva” para a comunidade. Mas o que seriam conhecimentos úteis à vida individual ou coletiva? Úteis no ponto de vista de quem? Evidencia-se que tais conhecimentos extensionistas deveriam estar a serviço da “propagação de idéias e princípios que salvaguardem os altos interesses nacionais” (Art. 42), o que se traduz como interesses da

classe hegemônica da época.

Cunha (1980), ao estudar a gênese do Ensino Superior no Brasil, destaca que a Universidade de São Paulo, fundada em 1911, embora passageira, foi a primeira instituição de ensino superior a desenvolver atividades de extensão: “Sem constituir uma unidade com corpos docente e discente próprios, ela promovia conferências semanais [...], gratuitas, abertas a quem quisesse” (p. 182). Foi o período das conferências tidas como “lições públicas”, expressando a necessidade de difundir o conhecimento. Contudo, de forma unilateral conforme analisa Freire (1983, p. 15),

na medida em que, no termo extensão, está implícita a ação de levar, de transferir, de entregar, de depositar algo em alguém, ressalta, nele, uma conotação indiscutivelmente mecanicista. Mas, como este algo que está sendo levado, transmitido, transferido (para ser, em última instância, depositado em alguém – que são os camponeses) é um conjunto de procedimentos técnicos, que implicam em conhecimento, que são conhecimento, se impõem as perguntas: será o ato de conhecer aquele através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe pacientemente um conteúdo de outro? Pode este conteúdo, que é conhecimento de, ser “tratado” como se fosse algo estático? Estará ou não submetendo o conhecimento a condicionamentos histórico-sociológicos?

A partir dessas considerações, percebemos o quanto a extensão surge acompanhada por um movimento de verticalização da universidade que se apresentava como detentora da cultura. Por isso, para Freire (1983, p. 15), a expressão “extensão educativa” “só tem sentido se tomar a educação como prática da ‘domesticação’”. Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a “sede do saber” até a “sede da ignorância” para “salvar”, com esse saber, os que nela habitam. Propõe a comunicação no lugar da extensão, pois a teoria implícita na extensão, na ação de estender algo a, é uma teoria antidialógica e incompatível com uma autêntica educação.

Freire (1983) entende que algo que é transmitido e não construído pelos partícipes da ação, expressa a superioridade de quem estende, que escolhe o que e como transmitir, desconsiderando, muitas vezes, a visão de mundo dos que vão receber a ação extensionista<sup>1</sup>. Então, que tipo de conhecimento se pretende promover, uma vez que sua definição parte da universidade para a comunidade? Das instâncias colegiadas da universidade (como define o Estatuto de 1931) para a sociedade? Em última instância, quais e quem são os beneficiários dessa extensão?

---

<sup>1</sup> Em Extensão ou Comunicação (1983), Freire critica o extensionismo agrícola antidialógico e considera-o uma forma de invasão cultural.

As várias universidades brasileiras que incorporaram tais definições extensionistas, a partir de 1931, revelaram um trabalho que “valorizava o conhecimento técnico”, mantendo as populações à margem dos processos decisórios, conforme descreve Botomé (1996, p. 62):

As atividades (cursos e conferências) que deveriam “levar o conhecimento à sociedade” eram, e parecem permanecer assim até hoje, realizadas a partir dos interesses dos acadêmicos ou de suas ocupações predominantes e de acordo com esses interesses e ocupações.

Notamos que a extensão vem sendo abordada como forma de retorno à sociedade daquilo que essa investe na universidade, como uma forma de corrigir a ausência de comunicação e de intervenção da universidade nas problemáticas da sociedade. Desenvolve-se a extensão como curso (assistemático), divulgando a produção científica e técnica da universidade; como prestação de serviços, por meio da realização de serviços sociais; como promoção de eventos, de atividades filantrópicas e de comunicação com a sociedade; como complemento das atividades de ensino e de pesquisa, compartilhando com a comunidade saberes e ações que seriam restritas ao espaço universitário e como instrumento político-social.

Na análise de Botomé (1996, p. 62),

os cursos assim chamados poderiam ter sido um excelente instrumento para fazer com que toda a sociedade tivesse mais acesso ao conhecimento disponível, mas sua formulação, contaminada pelas práticas já existentes e pelas concepções sobre ensino predominantes, não produziram alterações significativas no papel social da Universidade Brasileira.

Considera o autor, que as atividades de extensão, principalmente os cursos, como mais uma “atividade de ensino semelhante ao que já existia”. Obviamente, as controvérsias sobre essa atividade persistem e acompanham a vida universitária, gerando novas tentativas de conceituação e de ação extensionista.

No final da década de 1950, no contexto da reforma universitária e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, dos movimentos estudantis e da Ação Católica, o papel social da universidade, assim como as mudanças na sua estrutura, entraram em discussão. Botomé (1996) considera que as tendências do período, final dos anos cinquenta e início dos anos sessenta, apontam as exigências para efetivar o compromisso social da universidade e uma nova função para a extensão: além de redentora social, como atividades capazes de redimir o ensino e a pesquisa universitários do descompromisso e do distanciamento dos problemas sociais. No entanto, do ponto de vista legal, a Lei n. 4.024/61 reforça a extensão como uma modalidade de curso, como mais uma possibilidade de atividade universitária, como consta no

seu Art. 69: “Nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados os seguintes cursos: c) de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino [...]”.

Por meio do Decreto nº. 252/67, cria-se e define-se o departamento, vinculado, conforme o Art. 2º, ao ensino e à pesquisa. Cabe, ainda, ao departamento, atribuir tais encargos aos professores e pesquisadores, segundo as especializações, complementando tais atividades e sugerindo uma “utilidade social” para a instituição. É apresentada a extensão, no Art. 10, novamente como missão educativa da universidade que “deverá estender à comunidade, sob a forma de cursos e serviços, as atividades de ensino e pesquisa que lhe são inerentes”. Preconiza que os cursos e serviços “podem ter coordenação própria”, o que não sugere articulação com as demais atividades. A extensão pode ser concebida como uma forma de colocar à disposição da comunidade os resultados das atividades de ensino e de pesquisa. O exame sobre a natureza, os fundamentos e os procedimentos de tais atividades, continuaria em segundo plano.

Com a Lei de Reforma Universitária (Lei n. 5.540/ 68), a extensão passa a ser compulsória, conforme expressa o Art. 20: “As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes”.

Essa iniciativa de fortalecimento cívico e comunitário, que será complementada com a inserção de disciplinas dessa natureza, insere-se no discurso governamental da “Revolução pela Educação”, redimensionando conceitos e práticas administrativas que impulsionaram a relação entre a extensão e os estágios curriculares, a exemplo do projeto Rondon.

Por meio da Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (CINCRUTAC) e do projeto Rondon implementa-se, no país, uma concepção de extensão universitária de acordo com a perspectiva governamental.

Certamente, a partir dessas experiências, promoveu-se a construção de noções, de práticas e de discursos que colocaram, na extensão universitária, o problema da relação entre a universidade e a sociedade. Para Botomé (1996),

O compromisso social da Universidade precisa ser realizado por todas as atividades da instituição e não apenas considerar uma delas como sendo aquela que o realiza, enquanto as demais, que não o fazem, justificam a existência e “papel privilegiado” daquela que o “realiza”.

Então, qual será o papel do ensino e da pesquisa nesse compromisso? Que ensino? Que pesquisa? Que extensão? O redimensionamento dessas atividades contribuiria para ampliar e melhorar o relacionamento da universidade com a sociedade? Essa interação e integração estariam relacionadas com a democratização do ensino superior? O surgimento da extensão deve-se à incapacidade da universidade em contribuir para o desenvolvimento social? As atividades de extensão seriam apenas compensações, visando reduzir as cobranças e as críticas à universidade elitista? Ao colocar “profissionais qualificados” no mercado, a universidade não estaria realizando seu papel social?

São múltiplos os questionamentos e, sem dúvida, podem proliferar diferentes posições e concepções que nos remetem à discussão sobre as funções, finalidades e identidade da universidade, pois ainda são muitos os pontos obscuros da nossa recente caminhada universitária. Nota-se, contudo, a partir dos anos 80, uma forte tendência em vincular a extensão, de modo mais coerente, com as atividades de ensino e de pesquisa.

A partir de 1987, com a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), discute-se a função social da universidade, a institucionalização, o financiamento e as políticas de extensão por parte do Estado. O Fórum também definiu a extensão como

[...] processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento (2001, p.05).

Entendemos que esta interação entre os saberes acadêmicos e populares, entre a realidade nacional e regional, entre o disciplinar e o interdisciplinar, fortalece a organização universitária e a sociedade. Parece-nos, contudo, que a extensão é concebida como atividade articuladora, redimindo o ensino e a pesquisa universitários do “descompromisso” social.

A conceituação proposta pelos Pró-reitores é questionada por Botomé (1996), principalmente no que diz respeito à indissociabilidade. Para o autor, a extensão não faz parte da indissociabilidade. Ensino e pesquisa são indissociáveis em virtude dos processos envolvidos, pela recursividade e pela ação dos sujeitos que os acompanham, mas a extensão não é o agente dessa articulação. O ensino e a pesquisa precisam contemplar certas características (contextualização, problematização do conhecimento, aprendizagem reconstrutiva, entre outras) para que essa articulação aconteça por meio das atividades de



alunos e de professores. Em outras palavras, não é porque fazemos extensão que garantimos a articulação entre ensino e pesquisa e a “relação transformadora entre a universidade e a sociedade”. Outra crítica refere-se à concepção imediatista e pragmática da pesquisa que perpassa tal conceituação.

As discussões dos Encontros Nacionais de Pró-Reitores de Extensão também voltaram-se para a construção de princípios norteadores da implantação da avaliação da extensão universitária. Em 1991, registra-se, no V Encontro Nacional, a necessidade de serem construídos indicadores para a avaliação da extensão. Propõe-se, também o Plano Nacional de Extensão. Em 1992, no VI Encontro, houve a tentativa de estabelecer parâmetros e indicadores diagnósticos para subsidiar o processo de avaliação, no contexto da avaliação acadêmica, visando ao aperfeiçoamento da prática extensionista.

Tavares (1997) considera que a institucionalização da extensão universitária foi reforçada a partir de 1993, com a criação do “Programa de Fomento à Extensão” (PROEXTE). O Programa, decorrente da articulação entre o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e a Secretaria de Educação Superior (SESu), objetivou elaborar programas para definição de princípios, diretrizes e formas de fomento à extensão.

Em 1994 é constituída a Comissão de Extensão, composta por dirigentes do FORPROEX, pela diretoria do Departamento de Política do Ensino e pelo chefe de Divisão de Extensão e Graduação da SESu/MEC, com objetivo de oficializar as diretrizes políticas para o referido programa.

Com a criação do PROEXTE, são fortalecidos os mecanismos de articulação entre o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, interlocutor que define as linhas políticas nacionais de apoio e fomento às ações de extensão e o próprio MEC, que define as linhas de financiamento. No entanto, ao ser o MEC o órgão financiador, acaba assumindo um papel importante do ponto de vista político e estratégico na formulação e articulação das políticas públicas, e obviamente, não há espaço para propostas alternativas que não estejam dentro dos objetivos definidos por ele (TAVARES, 1997).

Apesar dos avanços explicitados pelo FORPROEX na Carta de Juiz de Fora, em 1996, o PROEXTE foi interrompido abruptamente neste mesmo ano pelo MEC, intensificando as dificuldades para manutenção dos programas de extensão que se iniciaram (FORPROEX, 2006). A partir de 2003, um novo cenário político se apresenta, e a Secretaria de Educação

Superior (SESu) do Ministério da Educação, implementa o Programa de Extensão Universitária (ProExt) com o objetivo geral de “apoiar as universidades públicas federais para desenvolvimento de programas/projetos de extensão que contribuam à implementação e impacto de políticas, potencializando e ampliando patamares de qualidade desses projetos”.

O FORPROEX (2007) esclarece que todas as ações de extensão deverão ser classificadas por áreas temáticas, sendo uma principal e, opcionalmente, uma área temática secundária. A classificação da área deve observar o objeto ou assunto que está em foco na ação. A finalidade desta classificação é a sistematização para favorecer os estudos e relatórios sobre a produção da extensão brasileira, agrupamentos temáticos e a articulação de indivíduos ou grupos que atuam na mesma área.

**Tabela 1:** Áreas temáticas para classificação das ações de extensão.

| <b>Áreas Temáticas</b>        |                          |
|-------------------------------|--------------------------|
| 1- Comunicação                | 5 - Meio Ambiente        |
| 2- Cultura                    | 6- Saúde                 |
| 3- Direitos Humanos e Justiça | 7- Tecnologia e Produção |
| 4- Educação                   | 8- Trabalho              |

Fonte: FORPROEX (2007).

O ProExt foi regulamentado pelo Decreto nº 6.495, de 30 junho de 2008, objetivando “centralizar e racionalizar as ações de apoio à extensão universitária desenvolvidas no âmbito do Ministério da Educação”; “dotar as instituições públicas de ensino superior de melhores condições de gestão das atividades acadêmicas de extensão [...]”; “potencializar e ampliar os patamares de qualidade das ações de extensão, projetando-as para a sociedade e contribuindo para o alcance da missão das instituições públicas de ensino superior”; “fomentar programas e projetos de extensão que contribuam para o fortalecimento de políticas públicas; [...] “propiciar a democratização e difusão do conhecimento acadêmico” e “fomentar o

estreitamento dos vínculos entre as instituições de ensino superior e as comunidades populares do entorno” (Art. 1).

Desde o início do Programa, ampliaram-se as parcerias interministeriais, estando atualmente comprometidos com o ProExt os Ministérios da Pesca e Aquicultura, da Saúde, das Cidades, do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, da Cultura e do Trabalho e Emprego, juntamente com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

A chamada pública é realizada por meio de Editais publicados anualmente, nos quais podem se candidatar as instituições de ensino superior públicas. A gestão do ProExt é definida pela própria universidade, com base no art. 53 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o repasse de recursos pelo MEC, realizado por meio de descentralização ou convênio. De 2003 a 2009 foram apoiados 1.274 projetos de extensão executados em 70 municípios, totalizando R\$ 41,7 milhões em recursos.

### **A Educação em Ciências no Programa de Extensão Universitária**

Com base nos dados mencionados anteriormente, foram analisados os Editais e os resultados do ProExt de 2009 e 2010, bem como os Programas e Projetos aprovados por ambos nas áreas temáticas ligadas especificamente à Educação. As análises buscaram dados que pudessem contribuir com a ampliação das compreensões sobre as atividades de extensão universitária. É importante salientar que o ProExt prevê dois conjuntos de ações de extensão universitária: Projetos de extensão, definidos como “conjunto de ações processuais contínuas, de caráter educativo, social, cultural ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado”; e Programa de Extensão, como “conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente de caráter multidisciplinar e integrado a atividades de pesquisa e de ensino”. Os Programas têm caráter orgânico-institucional, sendo executados a médio e longo prazo.

O ProExt tem como ênfase a inclusão social, visando aprofundar ações que venham a fortalecer a institucionalização da extensão no âmbito das instituições federais e estaduais de Ensino Superior. Desde a sua criação, os Editais do ProExt vêm diversificando as linhas

temáticas e, por isso, no presente estudo, analisamos os projetos inscritos nos Editais 2009/2010, na Linha Temática1: Educação, Desenvolvimento Social e Saúde.

**Tabela 2-** Tipologia e quantidade de Instituições de Ensino que tiveram programas e/ou projetos aprovados no ProExt 2009 e 2010

| Ano  | Instituições                |                    |                              |                    |                          |                    |
|------|-----------------------------|--------------------|------------------------------|--------------------|--------------------------|--------------------|
|      | Universidades Federais (UF) |                    | Universidades Estaduais (UE) |                    | Institutos Federais (IF) |                    |
|      | Total de UF                 | Projetos aprovados | Total de UE                  | Projetos aprovados | Total de IF              | Projetos aprovados |
| 2009 | 55                          | 48                 | 38                           | 15                 | 35                       | 07                 |
| 2010 | 58                          | 41                 | 38                           | 11                 | 37                       | 11                 |

Fonte: SESu/MEC; Inep

Observamos que a política de indução do Ministério da Educação no processo de institucionalização das políticas de extensão tem maior impacto no âmbito das universidades federais, destacando-se a ampliação nos institutos federais. Convém salientar que as instituições de ensino superior precisavam se adequar aos Editais em relação ao número de programas e projetos apresentados: no ProExt 2009, cada IES poderia inscrever, na linha temática 1, no máximo sete projetos e três programas se instituição federal; cinco projetos se instituição estadual. No Edital ProExt 2010, na mesma linha temática, foi permitida a submissão de cinco projetos e três programa por IES, sem especificar o tipo de instituição. Desta maneira, observamos, também, um esforço na distribuição dos financiamentos, evitando a concentração destes em poucas instituições. As tabelas 3 e 4 mostram a distribuição dos 395 programas e projetos aprovados nas cinco regiões geográficas do país:

**Tabela 3-** Total dos programas e projetos aprovados nos Editais ProExt 2009 e 2010, por região do país.

|                       |              | Regiões   |           |              |           |           | Total      |
|-----------------------|--------------|-----------|-----------|--------------|-----------|-----------|------------|
|                       |              | Sul       | Sudeste   | Centro-Oeste | Nordeste  | Norte     |            |
| <b>ProExt</b><br>2009 | Programas    | 16        | 32        | 04           | 18        | 04        | 74         |
|                       | Projetos     | 42        | 62        | 28           | 46        | 10        | 188        |
|                       | <b>Total</b> | <b>58</b> | <b>94</b> | <b>32</b>    | <b>64</b> | <b>14</b> | <b>262</b> |
| <b>ProExt</b><br>2010 | Programas    | 10        | 13        | 04           | 07        | 01        | 35         |
|                       | Projetos     | 14        | 31        | 15           | 27        | 11        | 98         |
|                       | <b>Total</b> | <b>24</b> | <b>44</b> | <b>19</b>    | <b>34</b> | <b>12</b> | <b>133</b> |

Fonte. ProExt, MEC.

**Tabela 4-** Valores absolutos e porcentagens relativas dos programas e projetos aprovados nos editais ProExt 2009 e 2010 nas cinco regiões geográficas brasileiras.

|                              |              | Região | Programas | %     | Projetos | %     | Programas e projetos | %     |
|------------------------------|--------------|--------|-----------|-------|----------|-------|----------------------|-------|
| <b>PROEXT</b><br><b>2009</b> | Sul          |        | 16        | 21,62 | 42       | 22,34 | 58                   | 22,14 |
|                              | Sudeste      |        | 32        | 43,24 | 62       | 32,98 | 94                   | 35,88 |
|                              | Centro-Oeste |        | 04        | 5,41  | 28       | 14,89 | 32                   | 12,20 |
|                              | Nordeste     |        | 18        | 24,32 | 46       | 24,47 | 64                   | 24,43 |
|                              | Norte        |        | 04        | 5,41  | 10       | 5,32  | 14                   | 5,35  |

|                        |                  |           |              |            |              |            |              |
|------------------------|------------------|-----------|--------------|------------|--------------|------------|--------------|
|                        | <b>Total</b>     | <b>74</b> | <b>100,0</b> | <b>188</b> | <b>100,0</b> | <b>262</b> | <b>100,0</b> |
| <b>PROEXT<br/>2010</b> | Sul              | 10        | 28,57        | 14         | 14,29        | 24         | 18,05        |
|                        | Sudeste          | 13        | 37,14        | 31         | 31,63        | 44         | 33,08        |
|                        | Centro-<br>Oeste | 04        | 11,43        | 15         | 15,31        | 19         | 14,29        |
|                        | Nordeste         | 07        | 20,00        | 27         | 27,55        | 34         | 25,56        |
|                        | Norte            | 01        | 2,86         | 11         | 11,22        | 12         | 9,02         |
|                        | <b>Total</b>     | <b>35</b> | <b>100,0</b> | <b>98</b>  | <b>100,0</b> | <b>133</b> | <b>100,0</b> |

Fonte. ProExt, MEC.

Observamos que a quantidade de projetos é quase três vezes maior que a quantidade de programas aprovados, sendo que estes devem possuir caráter multidisciplinar, integrado as atividades de pesquisa e de ensino, sendo executados a médio e longo prazo. Ou seja, embora mereça destaque a política de financiamento da extensão, ao delimitar os percentuais de projetos e de programas que podem ser submetidos por IES, priorizando os projetos, pode não estar contribuindo com o fortalecimento de políticas institucionais contínuas de fortalecimento à institucionalização da extensão.

Em relação aos subtemas da Linha temática Educação, Desenvolvimento Social e Saúde, no ano de 2010, temos as seguintes distribuições (Tabela 5):

**Tabela 5** - Programas e projetos aprovados no edital ProExt 2010 nas cinco regiões geográficas brasileiras, divididos em subtemas.

| <b>Subtema<sup>1</sup></b> | <b>Regiões</b> |       |        |       |          | <b>Total</b> |
|----------------------------|----------------|-------|--------|-------|----------|--------------|
|                            | Sul            | Sud.* | C.O.** | Norte | Nord.*** |              |
|                            |                |       |        |       |          |              |

|  |           |           |           |           |           |           |            |
|--|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Educação de jovens e adultos                                 | Programas | -         | 01        | 01        | -         | 03        | <b>05</b>  |
|  | Projetos  | 04        | 07        | 03        | 02        | 03        | <b>19</b>  |
| Qualificação de professores que atuam no sistema educacional | Programas | 03        | 05        | -         | 01        | 01        | <b>10</b>  |
|  | Projetos  | 05        | 10        | 07        | 02        | 06        | <b>30</b>  |
| Diversidade e direitos humanos                               | Programas | -         | 01        | -         | -         | 01        | <b>02</b>  |
|  | Projetos  | 02        | 04        | 01        | 02        | 05        | <b>14</b>  |
| Educação sócio-ambiental e cidadania                         | Programas | 06        | 04        | 01        | -         | 01        | <b>12</b>  |
|  | Projetos  | -         | 03        | 02        | 03        | 04        | <b>12</b>  |
| Juventude  | Programas | 01        | -         | -         | -         | 01        | <b>02</b>  |
|  | Projetos  | 01        | 03        | -         | 01        | 05        | <b>10</b>  |
| Terceira idade   | Programas | -         | -         | -         | -         | -         | -          |
|  | Projetos  | -         | 01        | -         | -         | 02        | <b>03</b>  |
| Atenção às populações indígenas e quilombolas                | Programas | -         | -         | 01        | -         | -         | <b>01</b>  |
|  | Projetos  | -         | -         | 01        | 01        | 01        | <b>03</b>  |
| <b>Total geral</b>   |           | <b>22</b> | <b>39</b> | <b>17</b> | <b>12</b> | <b>33</b> | <b>123</b> |

Fonte. ProExt, MEC

\* Sudeste, \*\* Centro Oeste e \*\*\* Nordeste

<sup>1</sup> Sete projetos e três programas não apresentaram dados sobre o subtema ao qual se incluíam.

Observamos grande ênfase à qualificação de professores que atuam no sistema educacional, à Educação de Jovens e Adultos, à educação sócio-ambiental e cidadania e poucos programas e projetos voltados para a terceira idade e atenção às populações indígenas e quilombolas.

Dentre os quinze projetos que analisamos inicialmente, as atividades de extensão que têm como foco a formação e qualificação de professores, destacam-se palestras, mini-cursos, aulas práticas, visitas guiadas, oficinas, elaboração de material didático, uso de videotecas, ludotecas, biblioteca itinerante, grupos de estudos, elaboração de projetos e exposições.

A maioria dos projetos analisados apresenta a delimitação do objeto de estudo que será tratado nas atividades de formação com os professores, ou seja, poucos são os projetos que envolvem um diagnóstico e levantamento das situações-problema no ensino de ciências que emergem a partir das atividades dos docentes, como na perspectiva deste projeto: “auxiliar esses profissionais na busca de soluções a situações de ensino/aprendizagem consideradas problemáticas ou insatisfatórias, merecedoras de estudos e intervenção e, assim, contribuir para a melhoria do ensino de ciências desenvolvidos nas escolas” (projeto D).

A maioria dos projetos prevê atividades de experimentação. Contudo, evidencia-se uma grande diversidade nas concepções e intencionalidades das atividades de experimentação: apresentação e preparação de experimentos realizados pelos professores; uso de quites de experimentos; divulgação, desenvolvimento e uso de experimentos elaborados entre as equipes e os professores; demonstrações; elaboração de modelos; leitura de imagens; observações e manipulação de materiais. Nota-se que grande parte das atividades de extensão desloca para o espaço extra institucional ações muito próximas ao que desenvolve no âmbito do ensino. Estaríamos apenas ampliando o espaço de socialização dos conteúdos acadêmicos?

### **Considerações Finais**

Muitas das atividades de extensão universitária serviram, e ainda servem como abertura da Universidade para as comunidades. É possível observar que algumas propostas funcionam como as políticas sociais compensatórias, suficientes para acalmar os conflitos sociais sem possibilitar a criação de novas possibilidades e saídas para os grupos envolvidos. Porém, existem avanços na reflexão sobre a extensão universitária e os questionamentos feitos através dos anos, trazem para o debate acadêmico a discussão de sua verdadeira função e quais deverão ser suas características.



A extensão possui algumas características que se bem exploradas podem vir a contribuir para uma mudança no processo de ensinar e aprender: Ela é feita de encontros entre alunos, professores e comunidades; tem a possibilidade de, nestes encontros, incorporar outros saberes, de criar um novo senso comum e de ampliar a capacidade de reflexão sobre as práticas.

A idéia do ensino articulado à extensão baseia-se em atitudes de reflexão, análise, tomada de decisão, articulação com o outro, escuta atenta, parcerias. A lógica de organização de um currículo que contemple a extensão universitária deve prever um tempo e um acontecer diferentes. Um tempo dos parceiros, um tempo dos contatos, um acontecer de revisitas às propostas. As possibilidades de integração são grandes e podem ser profícuas, mas dependem de novas redefinições, aprendizagens e de novos tipos de gestões da extensão, da pesquisa e do ensino de nível superior (Botomé, 2001, p. 159).

Outra percepção é o descolamento de práticas individuais e institucionais: mesmo projetos reconhecidos pelas instituições são realizados sem acompanhamento das instâncias colegiadas das instituições, apesar da complexidade inerente à prática extensionista. Tal realidade remete a outra contradição: sem apoio institucional, tais ações ficam vinculadas a iniciativas pessoais, que trazem pouco ou nenhum reconhecimento em termos de carreira docente, refletindo-se na intensificação do trabalho de professores e no pouco incentivo à participação de alunos.

Percebemos que o não reconhecimento do trabalho docente nas atividades de extensão parece estar atrelado à desvalorização institucional e política dessa prática, cujo fomento por parte dos órgãos reguladores da Educação Superior é mínimo, bem como das instâncias das próprias universidades, ressalvadas suas particularidades (Silva, Andrade e Mazzilli, 2010).

## **Referências**

BRASIL, Decreto n. 19.851 de 11 de abril de 1931. **Estatuto da Universidade Brasileira**. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>

Acesso em: 5 de junho de 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 4.024 de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação nacional.** Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

Acesso em: 10 de junho de 2011.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei n. 252 de 28 de fevereiro de 1967. **Estabelece normas complementares ao Decreto-Lei n. 53 de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências.** Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

Acesso em: 20 de junho de 2011.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei n. 5.540 de **28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.** Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

Acesso em: 25 de junho de 2011.

\_\_\_\_\_. MEC. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Extensão Universitária: Organização e Sistematização.** Universidade Federal de Minas Gerais – PROEX. COOPMED: 2007

\_\_\_\_\_. Lei n. 4.024 de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação nacional.** Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

Acesso em: 10 de junho de 2011.

\_\_\_\_\_. MEC. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Avaliação Nacional da Extensão Universitária.** Brasília: MEC/SESu, 2001.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 6.495 de 30 de junho de 2008. **Institui o Programa de Extensão Universitária - PROEXT.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2007-2010/2008/Decreto/D6495.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2008/Decreto/D6495.htm)

Acesso em: 1 de dezembro de 2011.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Extensão 1999-2001**. Disponível em: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)

Acesso em: 12 de outubro de 2007.

\_\_\_\_\_. MEC. **Programa de Extensão Universitária**. Disponível em:  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12241:proext-apresentacao&catid=235:proext-programa-de-extensao-universitaria-&Itemid=487](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12241:proext-apresentacao&catid=235:proext-programa-de-extensao-universitaria-&Itemid=487)

Acesso em: 14 de mai. 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: 1997, Edições 70. 223 p.

BOTOMÉ, Sílvio Paulo. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária**. Petrópolis: Vozes, 1996

\_\_\_\_\_. Extensão universitária: equívocos, exigências, prioridades e perspectivas para a universidade. In: FARIA, D.S. (org) **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001, p159-175.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era de Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. Brasília: Liber Livro Editora, 3 ed. 2008. 80 p.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOMES, Fabricio Pereira; ARAÚJO, Richard Medeiros de. **Pesquisa Quanti-Qualitativa em Administração: uma visão holística do objeto em estudo.** 2011.

Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/Semead/8semead/resultado/trabalhosPDF/152.pdf>

Acesso em 26 jun. 2011.

MESQUITA FILHO, Alberto. Integração ensino-pesquisa-extensão. **INTEGRAÇÃO III(9):138-43,1997.** Disponível em: <http://ecientificocultural.com/ECC2/artigos/epe.htm>

Acesso em: 25 de nov. 2011.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo.** *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em [http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise\\_de\\_conteudo\\_moraes.html](http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html)

Acesso em 29 de ago. 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade.** São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA Franciele Jacqueline Gazola da; ANDRADE, Sandra Mara Santos; MAZZILLI, Sueli. Extensão universitária como prática formativa e projeto institucional: um olhar a partir da pedagogia universitária. **Anais do X Coloquio Internacional sobre Gestión Universitária em América Del Sur.** 2010. Disponível em:< [http://www.inpeau.ufsc.br/wp/wp-content/BD\\_documentos/coloquio10/213.pdf](http://www.inpeau.ufsc.br/wp/wp-content/BD_documentos/coloquio10/213.pdf)> Acesso em: 20 de nov. 2011.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária.** São Paulo: Alínea, 2000.

TAVARES, Maria das Graças M. **Extensão Universitária: novo paradigma de universidade?** Maceió: EDUFAL, 1997.